

# A preservação da memória institucional através de acervos fotográficos

*Preserving institutional memory through photographic collections*

Rosa da Penha Ferreira da Costa (PPGCI-UFES)

Thiago Greggory de Oliveira (PPGCI-UFES)

Rayra da Silva Föeger (PPGCI-UFES)

Margarete Farias de Moraes (PPGCI-UFES)

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo evidenciar a importância dos acervos fotográficos como fonte de informação para a preservação da memória institucional. Quanto aos métodos, a pesquisa caracteriza-se por possuir uma abordagem qualitativa e por ser do tipo exploratória, tendo sido realizada uma revisão bibliográfica. Conclui-se que os acervos fotográficos são de extrema importância para a preservação e divulgação da memória institucional, esta que também faz parte da memória de todos os indivíduos envolvidos, tais como colaboradores, fornecedores e clientes. Observa-se também a necessidade de maior atenção por parte das instituições quanto à gestão dos acervos fotográficos, principalmente digitais, os quais, na maioria das vezes, encontram-se desorganizados pela grande quantidade de registros.

**Palavras-chave:** acervos fotográficos; fotografia; memória; memória institucional.

**Abstract:** The objective of this article is to highlight the importance of photographic collections as a source of information for the preservation of institutional memory. Regarding the methods, the research is characterized by having a qualitative approach and being of the exploratory type, having been carried out a bibliographic review. It is concluded that photographic collections are extremely important for the preservation and dissemination of institutional memory, which is also part of the memory of all individuals involved, such as employees, suppliers and customers. It is also observed that institutions need to pay greater attention to the management of photographic collections, especially digital ones, which are often disorganized due to the large number of records.

**Keywords:** photographic collections; photography; memory; institutional memory

## Introdução

De acordo com Borko (1968); Robredo et al. (2008, *apud* Camargo, 2010, p. 22), a “Ciência da Informação estuda os processos de tratamento da informação, envolvendo criação, organização, gerenciamento, representação, recuperação, apresentação, uso, disseminação e preservação da informação”, e assim nota-se a importância do estudo aprofundado de meios e recursos que ajudem a melhorar o desenvolvimento desses processos. Pinheiro (1999, p. 46) afirma que “organizar a informação disponível talvez seja a principal função de um estudioso da informação e dos processos informacionais”.

Este artigo se encontra nessa perspectiva, visto que se propõe a debater sobre os acervos fotográficos e sua relação com a memória institucional, destacando os aspectos de organização, preservação e acesso. Serão estudados os aspectos da fotografia como documento de valor histórico e os conceitos de memória e memória institucional, a fim de apresentar os fundamentos teóricos e temas-chave em que a pesquisa será desenvolvida. Além disso, busca-se evidenciar a importância da preservação dos acervos fotográficos das instituições, mostrando o quanto significam para a sua memória.

A pesquisa foi realizada em torno da seguinte problemática: “de que forma os acervos fotográficos contribuem para a preservação da memória institucional?”. Como objetivo geral, tem-se: evidenciar a importância dos acervos fotográficos como fonte de informação para a preservação da memória institucional. E como objetivos específicos estão:

- a) Compreender os conceitos de memória e memória institucional no campo da Ciência da Informação e áreas afins;
- b) Verificar na literatura a história da fotografia e seus aspectos como documento de valor histórico e sua relação com a memória institucional;
- c) Apresentar o quanto é relevante a preservação dos acervos fotográficos nas instituições.

A pesquisa proposta tem a intenção de colaborar com conhecimentos sobre uma temática ainda pouco explorada, principalmente no que diz respeito aos acervos privados. Sobre isso, Malverdes e Lopez (2016, p. 60) salientam:

Dessa forma, é necessário (re)conhecermos as instituições e os acervos privados que compõem nossa realidade para que possamos refletir sobre os desafios de proteger, fomentar, oferecer e divulgar a fotografia como parte do patrimônio cultural.

Envolvendo Ciência da Informação e Arquivologia, o estudo busca contribuirativamente para essas áreas com os estudos sobre acervos fotográficos e sua relação com a memória institucional, visto que destacar a contribuição da fotografia para a memória das instituições auxilia na valorização deste objeto de estudo que enfrenta desafios quanto ao seu tratamento e conservação nas mais diversas instituições.

A fim de atingir os objetivos propostos e responder a problemática-chave anunciada, a pesquisa se valeu de um conjunto de métodos de pesquisa. Sua abordagem caracteriza-se como qualitativa, em que, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70), “[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Se enquadra também em uma pesquisa do tipo exploratória, que, para Gil (2002, p. 41), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Os autores Prodanov e Freitas (2013, p. 52) explicam que pesquisas desse tipo proporcionam estudos dinâmicos e flexíveis, em que há várias perspectivas de abordagem, o que pode abranger “[...] levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

A base teórica do trabalho foi obtida por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Barros e Lehfeld (2000, p. 78), “tem por finalidade conhecer ou aprofundar conhecimentos e discussões”. Através de livros, artigos científicos, dissertações e teses, o eixo temático gira em torno de acervos fotográficos e memória institucional, utilizando as principais palavras-chave: “fotografia”, “acervos fotográficos”, “preservação de fotografias”, “organização de acervos fotográficos”, “institutional memory” e “memória institucional”. Utilizando-se a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), que possui um acervo qualificado para contribuir com o tema proposto.

## Breve histórico da fotografia

A fotografia teve seu surgimento no século XIX, em meio a um período de grande desenvolvimento tecnológico, tendo inaugurado “[...] o processo da produção de imagens fotoquímicas, rompendo com as tradições pictóricas do desenho, da pintura e da gravura, também chamadas pré-fotográficas [...]” (Maya, 2008, p. 105).

Apesar de ter surgido nos anos 1800, pode-se dizer que a trajetória dessa nova forma de representar e replicar a realidade teve início ainda na antiguidade, tendo sido formada a partir de pesquisas e descobertas realizadas ao longo da história. Maya (2008) traz alguns conhecimentos adquiridos pelos indivíduos ao longo do tempo, os quais, de certa forma, contribuiriam para o nascimento da fotografia, como as ideias de contraste e reprodução, a partir da observação da dinâmica das sombras na antiguidade; o conceito de fotografia animada, pela percepção dos povos primitivos à alteração de imagens de acordo com a luz, a sombra e a cor; e a noção de câmara escura que possuíam os gregos antigos, observando-se a ação dos raios solares em ambientes fechados e escuros. No entanto, o evento considerado como principal no contexto do

surgimento da fotografia foi a descoberta da perspectiva, momento em que Leonardo Da Vinci observou que a luz solar, ao entrar por um pequeno orifício em um quarto escuro, faria aparecer uma imagem invertida na parede em frente (Maya, 2008).

Já no século XIX, o contexto do desenvolvimento tecnológico permitiu que novas pesquisas fossem realizadas, especialmente pelo francês Louis Jacques Mandé Daguerre e pelo inglês William Henry Fox Talbot, que objetivavam “[...] reter a imagem dos objetos nos materiais fotossensíveis, dentro da câmara escura” (Maya, 2008, p. 108-109). E foi a partir desses estudos que Daguerre criou o chamado daguerreótipo, uma espécie de máquina fotográfica que gravava as imagens obtidas na câmara escura em uma placa de cobre por meio de uma folha de prata sensibilizadora. Dessa forma, a fotografia, obtida pelo daguerreótipo, passou a substituir a imagem litográfica, que existia na época e era obtida manualmente através de desenhos em pedra calcária (Maya, 2008).

Sobre o sucesso da invenção de Daguerre, Fabris (1991, p. 13) afirma:

Proporciona uma representação precisa e fiel da realidade, retirando da imagem a hipoteca da subjetividade; a imagem, além de ser nítida e detalhada, forma-se rapidamente; o procedimento é simples, acessível a todos, permitindo uma ampla difusão.

De acordo com Maya (2008), em 1839, o diretor do Observatório de Paris e secretário da Academia de Ciências, François Arago, realizou um comunicado oficial na França, levando a mais nova invenção ao público. O ano ficou conhecido, portanto, como o da descoberta do daguerreótipo e também da fotografia. Ao mesmo tempo em que Daguerre inventou o daguerreótipo, o inglês Talbot também criou um processo de fixação de imagens em outros materiais, por meio de um sistema negativo-positivo, que ficou conhecido como calótipo, este que, diferentemente do primeiro – gerava uma única imagem –, possibilitava que um mesmo negativo gerasse várias cópias com baixo custo, além das imagens serem gravadas em papel (Maya, 2008).

Vale salientar que a preferência pelo daguerreótipo se deu até a década de 1950, perdendo espaço para a fotografia sobre papel a partir da década seguinte, esta que era capaz de satisfazer a grande demanda surgida na época, sendo também mais barata (Fabris, 1991). O autor cita três etapas da relação entre a sociedade e a fotografia no século XIX, sendo elas: a primeira, entre 1839 e 1850, período de grande utilização do daguerreótipo, no qual o interesse pela fotografia era maior por indivíduos de classe alta, que possuíam condições de pagarem caro pelo trabalho dos fotógrafos; a segunda, por volta de 1854, quando Disdéri criou o cartão de visita fotográfico, o que tornou os preços mais acessíveis e levou a fotografia a uma dimensão industrial; e a terceira, a partir de 1880, caracterizada pela massificação da fotografia, se tornando altamente comercializada.

Felizardo e Samain (2007), além de trazerem o nome de Disdéri, também citam George Eastman como importante ator na popularização da fotografia. Fundador da Kodak, Eastman contribuiu para a massificação da fotografia por meio das câmeras portáteis com preço acessível, permitindo que mais pessoas pudessem ter acesso.

Sobre a popularização das câmeras fotográficas portáteis, Fabris (1991) afirma que ela favoreceu para o surgimento da fotografia amadorística, isto é, não mais se fazia necessária a contratação de um fotógrafo profissional para capturar imagens de família, por exemplo, sendo possível realizar a captura por si só. Nota-se que, até chegar à contemporaneidade, o processo fotográfico passou por diversas etapas, desde descobertas na antiguidade até a invenção de mecanismos que pudessem fixar as imagens capturadas, possibilitando o surgimento da fotografia que conhecemos hoje.

A fotografia digital, surgida no final da década de 1980, acabou por levar a fotografia analógica ao declínio segundo Oliveira (2006). Hoje, não existe mais a espera pela revelação de uma foto: ela é instantânea, sendo gerada no momento em que é capturada. Além disso, de acordo com o autor, o registro fotográfico se tornou muito mais fácil, podendo ser realizado através da câmera do próprio celular e, ainda, as imagens podem ser armazenadas em espaços virtuais e dispositivos eletrônicos, estando disponível para acesso a qualquer momento.

## A fotografia como documento de valor histórico

De acordo com Capurro e Hjørland (2007, p. 161), “a informação é um fenômeno humano que transmite e recebe mensagens no contexto de suas ações possíveis”. Le Coadic (2004, p. 11) ressalta que a comunicação é “o processo intermediário que permite a troca de informações entre as pessoas”, ou seja, é a ação; por outro lado, a informação é o produto, a matéria. E uma das principais características da informação está no fato de assumir diferentes formas, e dentre elas está a fotografia. Tonello e Madio (2018 *apud* Modolo; Costa, 2023, p. 6) explicam que:

A fotografia como documento surge a partir do momento em que ela substitui o ato de registrar visualmente paisagens, pessoas, eventos, o que era feito por artistas e absorve uma das características essenciais de documentos de arquivo que é a sua natureza probatória já que conserva no tempo e no espaço o registro das ações ou fatos representados por meio da imagem.

É importante salientar que, para que os documentos fotográficos sejam considerados documentos arquivísticos, é necessário que atendam a dois princípios fundamentais e básicos: da **proveniência**, que diz respeito a ligação do documento ao seu criador, em que o acervo deve ser organizado de acordo com as atividades da instituição responsável pela produção deles; e da **organicidade**, que se refere à ligação lógica que os documentos possuem entre eles e com os outros documentos que fazem parte do mesmo conjunto no contexto de produção

(Bellotto, 2010). Dessa forma, sendo tratadas como documentos arquivísticos, as fotografias produzidas nos ambientes institucionais:

[...] adquirem valor histórico e informativo, contribuindo para a preservação da memória institucional, bem como auxiliando na produção de conhecimento, como fonte informacional, pois o uso da imagem, assim como das fontes textuais e os testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica (Modolo; Costa, 2023, p. 7).

Sá explica que:

No século XIX, a sociedade buscava uma forma de representação do mundo que atendesse aos seus anseios, à organização social, política, ao nível do crescimento e avanço tecnológico atingido. Foi a fotografia a melhor resposta a esse anseio e necessidade, cuja legitimidade se ancora nas suas funções documentais (Sá, 2018, p. 96).

O fato é que as fotografias são os documentos não textuais com maior frequência nos arquivos, e se configuram para os mais diferentes usos e aplicações, como prova, produção de conhecimento, expressão artística, objeto de recordação pessoal, suporte da memória dentre outros. De acordo com Hora (2023), as fotografias nos mostram uma noção verdadeira das aparências dos objetos, paisagens e seres do passado, o que não se pode ter em um discurso textual ou oral, e isso é uma característica que enaltece a importância desse documento para os mais diversos âmbitos. Para Felipe e Pinho (2018), a fotografia é uma fonte de informação e um documento com diversas funções, tornando-se uma forma onde o homem encontrou para guardar sua memória. Sendo essa memória, individual ou coletiva, dentre elas a memória institucional.

## Fotografia e memória institucional

De acordo com Modolo e Costa (2023), os registros fotográficos institucionais são considerados para a Ciência da Informação um meio de comunicação visual, por meio dos quais é possível registrar informações importantes sobre uma organização, suas atividades, seu funcionamento, sua cultura etc. A fotografia assume diversos papéis, podendo ser fonte de informação, de natureza histórica, documental e de apoio à memória institucional, assim contribuindo de forma relevante como fonte de pesquisa para a própria instituição e para a sociedade.

Com relação à memória, para Jacques Le Goff (1990), ela é caracterizada:

[...] como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 1990, p. 366).

O autor também contribuiu com a explicação sobre a relação memória e fotografia. Para ele, “[...] é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas,

permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica" (Le Goff, 1990, p. 402).

Segundo Crippa (2010, p. 81), "a memória é o único instrumento através do qual ideias e palavras podem ser reunidas, fugindo, assim, ao império do imediato: imprime as direções do tempo e permite uma continuidade social [...]" . A autora afirma ainda que "[...] a memória se constitui como princípio de todo fundamento e transmissão cultural" (Crippa, 2010, p. 81), evidenciando a essencialidade deste mecanismo para a manutenção da vida em sociedade.

Desde antes da escrita, quando os saberes eram transmitidos oralmente entre os indivíduos, já havia a preocupação com a memória. Nessa época, utilizava-se apenas a memória biológica para a guarda das informações transmitidas, não havendo outras formas de preservá-las, o que favorecia o seu esquecimento. Assim, se uma informação não fosse relembrada constantemente, ela provavelmente seria esquecida. Com o surgimento da escrita e, mais tarde, da fotografia, essa situação mudou, tornando-se possível registrar as informações em suportes e acessá-las a qualquer momento.

Quanto à importância dos suportes externos para a preservação da memória, Ferreira e Amaral (2004, p. 138) afirmam que: "[...] A memória não pode existir sem o suporte técnico, como algo puramente cerebral; o passado não pode sobreviver sem os suportes técnicos que nos inscrevem numa determinada cultura, tradição [...]" . Outro estudioso do assunto é Pierre Nora, que salienta:

À medida que desaparece a memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífico devesse se tornar prova em não se sabe qual tribunal da história (Nora, 1993, p. 15).

Ao estudar a relação entre memória e as instituições, Costa (1997) citada por Silva (2022) enfatiza que:

[...] a memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas informações que interessam ao seu funcionamento. Há um processo seletivo que se desenvolve segundo regras instituídas e que variam de instituição para instituição. Tendo em vista que as instituições funcionam em rede no campo social, o limite de uma instituição é outra instituição. [...] A memória institucional está em permanente elaboração, pois é função do tempo (Costa, 1997 apud Silva, 2022, p. 30).

Santos e Valentim (2021) também acreditam que a memória das instituições, a qual é formada no tempo presente, está em constante modificação, sempre buscando atender aos interesses, tanto da sociedade quanto aos institucionais. Além disso, segundo as autoras, a memória institucional se forma a partir da imagem pessoal dos indivíduos que compõem a instituição:

[...] as instituições em si não possuem memória, são os sujeitos que constroem sua memória, eles a validam coletivamente como bem social, pois as experiências, ações e conquistas em benefício da construção da sociedade institucionalizam-na e a perpetuam (Santos; Valentim, 2021, p. 222).

Neste sentido, as instituições são formadas por um conjunto de [...] valores, normas, crenças, significados, símbolos, costumes e padrões socialmente aprendidos e partilhados que delineiam a gama de comportamentos esperados e aceites num determinado contexto” (Nelson, 1995, p. 80, tradução nossa). Ou seja, são estes fragmentos que formam a memória individual e, ao mesmo tempo, a memória institucional.

Vale ressaltar aqui que a valorização da memória institucional só se deu por volta dos anos 1970 nos Estados Unidos, alavancada pelos estudos sociológicos, antropológicos e históricos direcionados à temática memória (Marques, 2007). De acordo com o autor, “As organizações perceberam a necessidade, para o seu crescimento no milênio seguinte, do resgate, do registro e da preservação de sua memória institucional para as futuras gerações” (Marques, 2007, p. 52).

Assim, é possível verificar que, através da fotografia, parte da memória das instituições é preservada e acessada, tornando-se um instrumento para a manutenção e preservação da memória institucional. “A memória institucional é a memória das instituições, não necessariamente de instituições de memória” (Felipe; Pinho, 2018, p. 99). É através dos documentos produzidos pelas atividades institucionais que a memória se torna preservada e acessível, e assim, a fotografia é considerada um instrumento para a memória institucional.

Felipe e Pinho (2018) afirmam que a fotografia atua como documento para auxiliar na construção de uma memória institucional, fazendo parte de um conjunto que envolve também os outros documentos e a participação dos membros que formam a instituição. Segundo eles: “A partir da memória, se pode planejar as atividades futuras a fim de não perder sua identidade. Ao se gerar conhecimento, nos mais variados âmbitos da sociedade, as instituições geram regras de convivência” (Felipe; Pinho, 2018, p. 93).

Hora (2023) também segue a mesma linha de raciocínio, em que os documentos institucionais juntamente com os indivíduos que fazem parte do corpo de trabalho da organização possuem relação direta com a memória da instituição. Dessa forma, a fotografia cumpre um papel fundamental de registro visual das atividades exercidas, com capacidade de transmissão de conhecimento e cultura, colaborando para o planejamento de atividades futuras e, principalmente, a preservação da memória institucional.

## **Preservação dos acervos fotográficos institucionais**

A importância de se preservar os acervos fotográficos nas instituições diz respeito a vários contextos em que esses documentos se enquadram. Oliveira

e Rodrigues (2011, p. 325) apontam que “essa relevância é justificada pela possibilidade de (re)construção da memória e da formação de identidade a partir desses registros, o que exige sua organização, preservação e divulgação”.

Preservar os acervos fotográficos institucionais é fundamental para a memória histórica, pois as fotografias capturam momentos importantes e documentam a evolução das instituições ao longo do tempo, além de servirem como um registro visual da história e das atividades realizadas (Silva, 2022). As imagens tornam-se ferramentas essenciais na construção e manutenção da identidade da instituição, já que guardam suas tradições, eventos e conquistas, e, assim, contribuem para fortalecer o senso de pertencimento entre os seus membros e a comunidade em geral (Silva, 2022).

Assim, todos os que possuem alguma ligação com a empresa, como colaboradores, clientes, distribuidores, fornecedores, visitantes e parceiros, se relacionam com a sua memória institucional. Os registros fotográficos mostram a evolução da instituição quanto: ao quadro de colaboradores; seus produtos comercializados; os eventos realizados; as mudanças na geografia da cidade e outros. Modolo e Costa (2023) enfatizam que:

O uso da fotografia como uma ferramenta para registrar e documentar as atividades, eventos e ações tornou-se cada vez mais frequente pelas instituições. No âmbito das instituições de custódia de documentos, estes itens documentais compõem os acervos fotográficos, circunscritos na categoria dos documentos iconográficos, e que, na maioria dos casos, são desvinculados de seu contexto de produção e artificialmente organizados em coleções (Modolo; Costa, 2023, p. 6).

Os autores prosseguem discorrendo sobre a importância desses acervos, os quais, possuindo as garantias de autenticidade, integridade e acessibilidade, possibilitam sua utilização como fonte de informação para pesquisas, além de atuarem ativamente nas tomadas de decisão e comunicação institucional, tornando-se, assim, essenciais na preservação da história e da memória da instituição (Modolo; Costa, 2023).

Ainda, de acordo com Silva (2022), os documentos fotográficos também atuam como prova documental, pois podem servir como evidências de atividades e eventos passados, sendo úteis em auditorias, pesquisas e nas tomadas de decisão futuras.

Goldbech et al. (2023) apontam também o acesso e a difusão, em que a preservação e digitalização dos acervos fotográficos permitem que essas imagens estejam acessíveis a um público mais amplo, facilitando a pesquisa e a educação, além de ajudar a proteger as imagens originais de danos físicos. Os autores discorrem também sobre a prevenção de perdas, pois a falta de cuidado e desastres naturais podem levar à perda irreparável de acervos fotográficos, e a preservação adequada garante que essas imagens sejam protegidas contra

deterioração e outros riscos (Goldbech et al., 2023). Quanto à degradação dos materiais em acervos, é preciso tomar alguns cuidados:

Altas temperaturas, umidade alta ou oscilante e presença de poluentes são as maiores fontes de deterioração para os diversos componentes dos objetos fotográficos. A única forma de deter ou desacelerar este processo é por meio da utilização de ambientes de guarda frios ou mesmo congelados. Nem sempre, no entanto, é viável atingir e manter em níveis constantes os baixos índices de temperatura e umidade requeridos por estes materiais (Mosciaro, 2009, p. 11).

Mosciaro (2009) destaca a importância de se realizar o diagnóstico de conservação, por meio do qual são obtidas informações importantes do acervo fotográfico, tais como, a “[...] natureza dos materiais fotográficos, a quantidade e os formatos existentes, sua atual forma de acondicionamento, bem como os danos presentes e sua provável causa” (Mosciaro, 2009, p. 10), as quais servirão como base para as ações de preservação.

Já no que tange à digitalização dos acervos, Lacerda (2022) traz alguns pontos relevantes a serem observados, entre eles, o estabelecimento de critérios de escolha dos materiais a serem digitalizados primeiro, já que, normalmente, as instituições não conseguem organizar todos os seus arquivos e coleções, o que é necessário para que eles sejam digitalizados. Ademais, faz-se necessário que as fotografias sejam consideradas não apenas como imagens, em seu aspecto visual, mas como documentos que possuem contexto, “[...] isso porque os documentos fotográficos são objetos resultantes, ao mesmo tempo, de suas condições de produção, de circulação e de consumo” (Lacerda, 2022, p. 45).

É visto que, com os avanços tecnológicos e a chegada da fotografia digital em câmeras portáteis e smartphones, a produção de acervos fotográficos nas instituições se tornou mais fácil, volumosa e descontrolada, sem regras de seleção ou metodologias de organização, como salienta Silva (2022). Esse é um fato presente atualmente na maioria das instituições, as quais, além do acervo físico com álbuns de fotografias, possuem um enorme acervo digital, que necessita de melhores diretrizes para sua gestão e, principalmente, da compreensão, por parte da empresa, da importância desse acervo para a manutenção da sua memória institucional.

Lacerda (2022) atribui esse “descontrole” na gestão dos acervos fotográficos digitais ao aspecto informal na produção dessas imagens atualmente, e cita como solução o controle de tais registros desde o momento de seu nascimento:

[...]osregistrosfotográficosnumainstituiçãossãoproduzidospornecessidades geradas pelas funções e atividades cotidianamente executadas. São documentos que se diferem dos tradicionais de arquivos principalmente na forma de sua produção e de sua acumulação e guarda, dado o caráter informal pelo qual vem sendo produzidos. Se não forem controlados do

nascedouro e rastreados no seu ciclo documental, apresentarão lacunas importantes em relação a dados contextuais, sejam eles tecnológicos, de conteúdo, de gênese documental (Lacerda, 2022, p. 59).

Quanto a isso, o Arquivo Nacional, por meio do documento “Recomendações para o tratamento de fotografias digitais no contexto da gestão de documentos” (Arquivo Nacional, 2020) recomenda que as fotografias sejam organizadas registrando-se o vínculo com os outros documentos gerados na mesma atividade, de forma a manter a relação entre eles, o que se dá pela criação de dossiês.

O mesmo documento traz ainda outras orientações, como a elaboração da pauta fotográfica nos casos de produção de fotografias em eventos e atividades de comunicação, na qual constará, entre outras informações pertinentes, a solicitação do serviço de fotografia, nome do fotógrafo, local, data e hora; a preferência pelos formatos TIFF (*Tagged Image File Format*), (melhor qualidade e tamanho maior) ou JPEG ou JPG (qualidade inferior e tamanho menor) para o registro, a depender das atividades nas quais as imagens serão empregadas; e, quanto ao armazenamento, a utilização de servidores específicos seguros com procedimentos de backup (Arquivo Nacional, 2020).

Vale ressaltar que os arquivos digitais ou digitalizados permitem um acesso facilitado às imagens, estas que podem ser compartilhadas, tanto internamente, com as pessoas que compõem a organização, quanto com o público externo. Isso facilita a pesquisa, a educação e a divulgação de informações. Sem contar que a digitalização e a gestão eficiente dos acervos podem reduzir custos a longo prazo, evitando a necessidade de armazenamento físico e facilitando a manutenção e o acesso aos documentos.

A título de exemplo, no que tange à preservação de acervos fotográficos, tem-se a pesquisa de Lima, Schäfer e Perez (2014), a qual objetivou estudar, no âmbito do acervo fotográfico do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a mudança do suporte fotográfico tradicional para o digital. Dentre os procedimentos adotados, podem ser citados: a utilização do método de reprodução fotográfica (foto da foto) para a migração de suporte das fotografias, por ser mais rápido em comparação à reprodução com scanner; a utilização de um scanner para slides e filmes 35 mm para a digitalização de filmes fotográficos; a realização de cópias de segurança em DVD's; e a utilização do Código de Catalogação Anglo-American – 2<sup>a</sup> edição (CCAA2) para a descrição das fotografias no banco de dados (Lima; Schäfer; Perez, 2014).

Lima, Schäfer e Perez (2014) enfatizam que os documentos alitratados e preservados em seu estudo de caso, isto é, as fotografias, constituem-se de registros importantes da trajetória do Curso de Arquivologia da instituição em questão, contribuindo para manter sua memória institucional. Os autores ainda complementam que a pesquisa, proporcionando a preservação de tal acervo, também permite a formação do senso de identidade entre os indivíduos e o seu meio (Lima; Schäfer; Perez, 2014).

Esses acervos são, portanto, uma parte vital do patrimônio cultural e histórico das instituições, e sua preservação é crucial para manter viva a memória e a identidade institucional. Além disso, a conservação desses documentos permite que futuras gerações tenham acesso a informações valiosas e compreendam a evolução e os valores das instituições ao longo do tempo.

## **Considerações finais**

A partir de toda pesquisa realizada, buscou-se, com os objetivos apresentados, desenvolver um conteúdo que respondesse a problemática levantada. Obter um pleno entendimento sobre a fotografia como documento de valor histórico e sua relação com a memória institucional no campo da Ciência da Informação e áreas afins tornou-se a base inicial teórica do artigo.

Desta forma, foi traçado um panorama contextual sobre esse documento e sua importante contribuição para fins de preservação da história e da memória, em especial, das instituições. Visto que, dentro de um conjunto que envolve diversos tipos de documentos, ações e os membros da instituição, a fotografia cumpre seu papel de guardar a memória institucional, colaborando para manter sempre vivas as diretrizes de uma instituição, suas realizações, as relações interpessoais e tudo que pode ser registrado em formato visual.

Vale ressaltar, também, o olhar de destaque para as instituições e seus acervos fotográficos, que, na maioria das vezes, não possuem a devida gestão. Esses são, hoje em dia, constituídos em sua maior parte de documentos digitais, o que torna ainda mais difícil a organização devido ao grande volume. Importante enfatizar que as fotografias ganham um papel fundamental para a instituição, influenciando tomadores de decisão e atuando como fonte de pesquisa.

A preservação dos acervos fotográficos institucionais é essencial para manter viva a memória e a identidade das instituições. Esses registros visuais não apenas documentam eventos e marcos importantes, mas também servem como testemunhos tangíveis da evolução e das conquistas ao longo do tempo. A gestão adequada desses acervos, especialmente na era digital, garante que essas imagens estejam protegidas contra a deterioração e acessíveis para futuras gerações. Investir na preservação desses acervos é investir na própria história e legado da instituição, assegurando que suas contribuições e histórias não sejam esquecidas.

Portanto, é necessário que as instituições reconheçam o valor inestimável de seus acervos fotográficos e adotem práticas eficazes de gestão e preservação para garantir que essas memórias visuais continuem a inspirar e informar as gerações futuras. Para isso, existem documentos à disposição na própria Internet, com recomendações quanto à organização, ao armazenamento e outras etapas do processo de preservação das fotografias, como o disponibilizado pelo Arquivo Nacional, citado anteriormente.

Estima-se que o tema deste artigo possa levar a um maior interesse em torno da preservação dos acervos fotográficos institucionais, fazendo com que haja um olhar ainda mais atento para as questões de gestão e guarda. O estudo buscou evidenciar a importância dos acervos fotográficos como fonte de informação e preservação da história e memória institucional.

## Referências

- ARQUIVO NACIONAL. Coordenação-geral de gestão de documentos. **Recomendações para o tratamento de fotografias digitais no contexto da gestão de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/centrais-deconteudo-old/recomendacao-05-2020-a-pdf>. Acesso em: 23 jan. 2025.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a Iniciação Científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BELLOTTO, H. L. Da gênese a função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (Org.). **Documento**: gênese e contextos de uso. 1. ed. Niterói: Eduff, 2010, v. 1, p. 161-174.
- CAMARGO, L. S. A. **Metodologia de desenvolvimento de ambientes informacionais digitais a partir dos princípios da arquitetura da informação**. 2010. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103357>. Acesso em: 7 out. 2024.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B.; CARDOSO, A. M. P.; TRAD., M. G. A. F.; AZEVEDO, M. A.; (TRAD.), A. M. P. C.; (TRAD.), M. G. A. F.; (TRAD.), M. A. A. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360>. Acesso em: 1 out. 2024.
- CRIPPA, G. Memória: geografias culturais entre história e ciência da informação. In: MURGUIA-MARAÑON, E. I. (org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta, 2010, p.79-110. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/787268523/Memoria-um-lugar-de-dialogo-para-arquivos-bibliotecas-e-museus-by-Eduardo-Ismael-Murgua-org-z-lib-org>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FABRIS, A. **Fotografia**: usos e funções no século XIX. Brasil: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

FELIPE, C. B. M.; PINHO, F. A. Fotografia como dispositivo da Memória Institucional. **Logeion**: Filosofia da Informação, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 89–101, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4339>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FELIZARDO, A.; SAMAIN, E. A fotografia como objeto e recurso de memória. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 3, n. 3, p. 205-220, 2007. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1500/1246>. Acesso em: 19 jan. 2025.

FERREIRA, J.; AMARAL, A. Memória eletrônica e desterritorialização. **Política & Sociedade**, v. 4, p. 137-166, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2004>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDBECH; I. L. R.; MIRANDA, A. C. da S.; GODINHO, A. X.; BICA, A. C. A importância dos acervos fotográficos das Instituições Escolares de Bagé para a História da Educação. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, [S. l.], v. 3, n. 15, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/116845>. Acesso em: 20 dez. 2024.

HORA, S. R. A. A construção da memória institucional através do acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues. **Archeion Online**, João Pessoa, v.11, n.1, p.135-152, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/65723>. Acesso em: 8 jan. 2024.

LACERDA, A. L. A era digital e seu impacto na gestão de acervos fotográficos. In: MADIO. T. C. C.; MACHADO, B. H.; BIZELLO, M. L.(org.). **Desafios na identificação e organização de fotografia**. Marília: Ocina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022, p. 39-62.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, J. História e memória. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990.

LIMA, E. S.; SCHÄFER, M. B.; PEREZ, C. B. Migração de suporte para a preservação de acervos fotográficos: estudo de caso no arquivo fotográfico do Curso de Arquivologia da UFSM. **Revista Sociais e Humanas**, v. 27, n. 01,

p. 131-145, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/10425>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MALVERDES, A.; LOPEZ, A. P. A. Patrimônio fotográfico e os espaços de memória no espírito santo. **Ponto de Acesso**, v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/66843>. Acesso em: 7 nov. 2024.

MARQUES, O. G. **Informação histórica**: recuperação e divulgação da memória do Poder Judiciário brasileiro. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/1563>. Acesso em: 19 out. 2024.

MAYA, E. E. Nos passos da história: o surgimento da fotografia na civilização da imagem. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 4, n. 5, p. 103-129, 2008. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1928>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MODOLO, P. P.; COSTA, R. P. F. **O acervo fotográfico da Ufes** - Campus de Goiabeiras: documento, memória e patrimônio. XI Seminário Nacional Centro de Memória Unicamp. Universidade Federal do Espírito Santo. 2023. Disponível em: [https://www.xiseminarionacionalcmu.com.br/resources/anais/21/encl2023/1700762999\\_ARQUIVO\\_6cdf36c3b9a0f731955f1a518ac27fa6.pdf](https://www.xiseminarionacionalcmu.com.br/resources/anais/21/encl2023/1700762999_ARQUIVO_6cdf36c3b9a0f731955f1a518ac27fa6.pdf). Acesso em: 5 dez. 2024.

MOSCIARO, C. **Diagnóstico de conservação em coleções fotográficas**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2009. Disponível em: <https://portaltainacan.funarte.gov.br/edicoes-online/diagnostico-de-conservacao-em-colecoes-fotograficas-caderno-tecnico-volume-6/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

NELSON, R. R. Recent Evolutionary Theorizing About Economic Change. **Journal of Economic Literature**, v. 33, n. 1, p. 48-90, 1995. Disponível em: <https://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/4460/1/RR-96-05.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC, n. 10, 1993. Projeto História. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 8 nov. 2024.

OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, v.7, n.1, março 2011, Rio de Janeiro, p. 311-328. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302/2918>. Acesso em: 7 nov. 2024.

OLIVEIRA, E. M. Da fotografia analógica à ascensão da fotografia digital. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação - BOCC**, Porto, 2006. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/oliveira-erivam-fotografia-analogica-fotografia-digital.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: Rio de Janeiro: IBICT, 1999. 182 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1000>. Acesso em: 28 out. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SÁ, A. T. A imagem fotográfica como representação e documento: um estudo a partir das fotografias de objetos da sala de visitas do escritor Jorge Amado. **Informação & Sociedade**: Estudos, [S. l.], v. 28, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/37898>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTOS, J. C.; VALENTIM, M. L. P. Memória institucional e memória organizacional: faces de uma mesma moeda. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 208-235, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/36235>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SILVA, J. M. **A preservação da memória institucional**: o acervo fotográfico do Ifes campus Cachoeiro de Itapemirim. 2022. 178 f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/2543>. Acesso em: 3. jan. 2025.

## Rosa da Penha Ferreira da Costa

Doutora em Ciência da Informação (Dinter UnB/UFES - 2012-2016) e Mestrado em Artes pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012). Coordenadora do Mestrado em Ciência da Informação (PPGCI-UFES); Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE). (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFES - PPGCI / Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - CCJE).

E-mail: [rosapenha2012@gmail.com](mailto:rosapenha2012@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3409664107216795>

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5379-1323>

**Thiago Greggory de Oliveira**

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI-UFES). Formado em Desenho Industrial - Programação Visual (2013) e Arquivologia (2022), ambos pela (UFES).

E-mail: thiagogreggory@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4553148972562111>

ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0388-0022>

**Rayra da Silva Föeger**

Graduada em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES) - campus Centro-Serrano (2024) e em Ciências Contábeis pela Faculdade da Região Serrana (2018). Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI-UFES).

E-mail: rayrafoeger1@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7282392238738130>

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0261-5626>

**Margarete Farias de Moraes**

Licenciada e bacharela em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001), bacharela em Arquivologia pela Universidade do Rio de Janeiro (1993), mestra em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (2005) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2015). Professora aposentada do Departamento de Arquivologia da UFES (2009-2025) e professora voluntária do PPGCI-UFES.

E-mail: margarete.moraes@ufes.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6346587909398922>

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4110-4610>